

Disciplina: Direito Agrário I

Prof. Me. João Paulo Rocha de Miranda

Advogado (UFMT) e Zootecnista (UFSM)

Mestre em Direito Agroambiental (UFMT)

Especialista em Sociedade e Desenvolvimento Regional (UFMT)


Especialista em Direito Ambiental e desenvolvimento Sustentável (FESPMP-MT/UNIC)

CONTATOS:

E-mail: jpr.miranda@gmail.com

Skype: jpr.miranda

Blog: <http://professormiranda.blogspot.com/>



ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROPRIEDADE E DE SUA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL

	Direito Romano	Direito Feudal	Direito Moderno	Direito Contemporâneo
Domínio	<u>Coletivo</u>	Individual	Individual	Individual
Características	Absoluta	Absoluta	Absoluta	Limitada
	Exclusiva	Religiosa Familiar	Imprescritível	<u>Sustentabilidade</u>
	Perpétua Hereditária	Perpétua Hereditária	Alienável	Alienável
Limitações	Interesse Público	Dir. coletivo sobre terras comunais (florestas)	Sociais	Socioambientais
	Int. Privado: vizinhança	Dir. utiliz. coletiva terras particulares (<i>villae</i>)	Observância aos princípios Cristãos	Observância aos princípios do Direito Ambiental
		Dir. dos Vizinhos	Função Social Propriedade <u>AUTORES</u>	Função Sócio-Ambiental Propriedade
Geração Direito			1º e 2º (Séc. IXX e XX) Direitos Cíveis e Sociais	3º e 4º (Séc. XX e XXI) Direitos <u>Difusos</u>

Propriedade Coletiva



```
graph TD; A[Propriedade Coletiva] --> B[Gentes]; A --> C[Ager publicus]; B --> D["Grupos familiares (solidariedade gens)"]; C --> E["Exploração comum Florestal"]; C --> F["Exploração comum Pastoril"];
```

The diagram is a hierarchical flowchart set against a background of a green leaf with prominent veins. At the top is a yellow rounded rectangle labeled 'Propriedade Coletiva'. A vertical line descends from it and splits into two horizontal lines. The left line leads to a yellow rounded rectangle labeled 'Gentes'. The right line leads to a yellow rounded rectangle labeled 'Ager publicus'. From 'Gentes', a vertical line descends to a yellow rounded rectangle labeled 'Grupos familiares (solidariedade gens)'. From 'Ager publicus', a vertical line descends and splits into two horizontal lines, leading to two yellow rounded rectangles: 'Exploração comum Florestal' on the left and 'Exploração comum Pastoril' on the right.

Gentes

Ager publicus

Grupos familiares
(solidariedade *gens*)

Exploração comum
Florestal

Exploração comum
Pastoril

Villae

Senhor

Rendeiro

Cultivada rendeiro

Cultivada rendeiro

Direito perpétuo

Direito perpétuo

Direito hereditário

Direito hereditário

THOMAS MORE (1478-1531)

- **Retorno à idéia de uma sociedade justa;**
- **Mais radical;**
- **Pregava abolição da propriedade privada;**
- **Acreditava no regime de uso comum dos bens.**

THOMAS HOBBES (1588-1679)

- Estado de Natureza X Estado Civil
- Propriedade = produto do Estado;
- Propriedade limitada apenas pelo poder soberano no interesse do Estado;
- Sem Estado não há justiça, nem propriedade, nem muito menos a paz.

JOHN LOCKE (1632-1704)

- **Propriedade legitimada pela sua utilidade, pelo trabalhar a terra;**
- **Propriedade = direito natural;**
- **Propriedade = absoluta, ilimitada e exclusiva;**
- **Vedada intervenções e limitações Estatais contra o interesse de seu titular (em regra);**
- **Limitação apenas no interesse de 3º pela falta de utilidade, de trabalho na terra;**
- **Vedada propriedade com extensão superior à necessária para a subsistência e infactível de utilização.**

JEAN-JACQUES ROUSSEAU

(1712-1870)

- **Propriedade = produto do Estado;**
- **Trabalho = caracterizador da propriedade;**
- **Propriedade = causa da desigualdade.**

“O primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: isto me pertence, e encontrou criaturas suficientemente simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil (...)”

AUGUSTO COMTE (1859-1928)

LÉON DUGUIT (1859-1928)

PARA COMTE:

- **Função social da propriedade = enobrece a possessão, fazendo-a mais respeitável, sem, contudo, restringir a justa liberdade;**

PARA DUGUIT:

- **Propriedade não é direito subjetivo;**
- **Propriedade = função social;**
- **Proprietário não tem apenas um direito, mas um poder-dever;**
- **Propriedade \neq Direito = Situação de fato;**
- **Função social = situação jurídica objetiva protegida pelo direito.**

DIREITOS DE PRIMEIRA GERAÇÃO:

- Direitos civis;
- Direitos políticos.

DIREITOS DE SEGUNDA GERAÇÃO:

- Direitos sociais;
- Direitos culturais;
- Direitos econômicos;
- Direitos dos trabalhadores.

GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



GÊNESE DO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



DIREITO INTERNACIONAL DO
MEIO AMBIENTE



PRINCÍPIOS

PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1972 – Conferencia Mundial de Meio Ambiente de Estocolmo.

1983 – Criada, pela Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi presidida por Gro Harlem Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega, com o objetivo de sistematizar as problemáticas envolvendo meio ambiente e desenvolvimento, elaborando propostas de intervenções e normas de cooperação internacional que pudessem orientar políticas e ações internacionais nesta matéria.

1987 – Lançado o relatório “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum), também conhecido como relatório “Brundtland”.

1992 – Conferência da Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento– Rio 92.

“(...) desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

(Nosso futuro comum – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU - CMMAD, 1983 a 1987).

DIREITOS DE TERCEIRA GERAÇÃO:

- Direitos coletivos;
- Direitos difusos.

DIREITOS DE QUARTA GERAÇÃO:

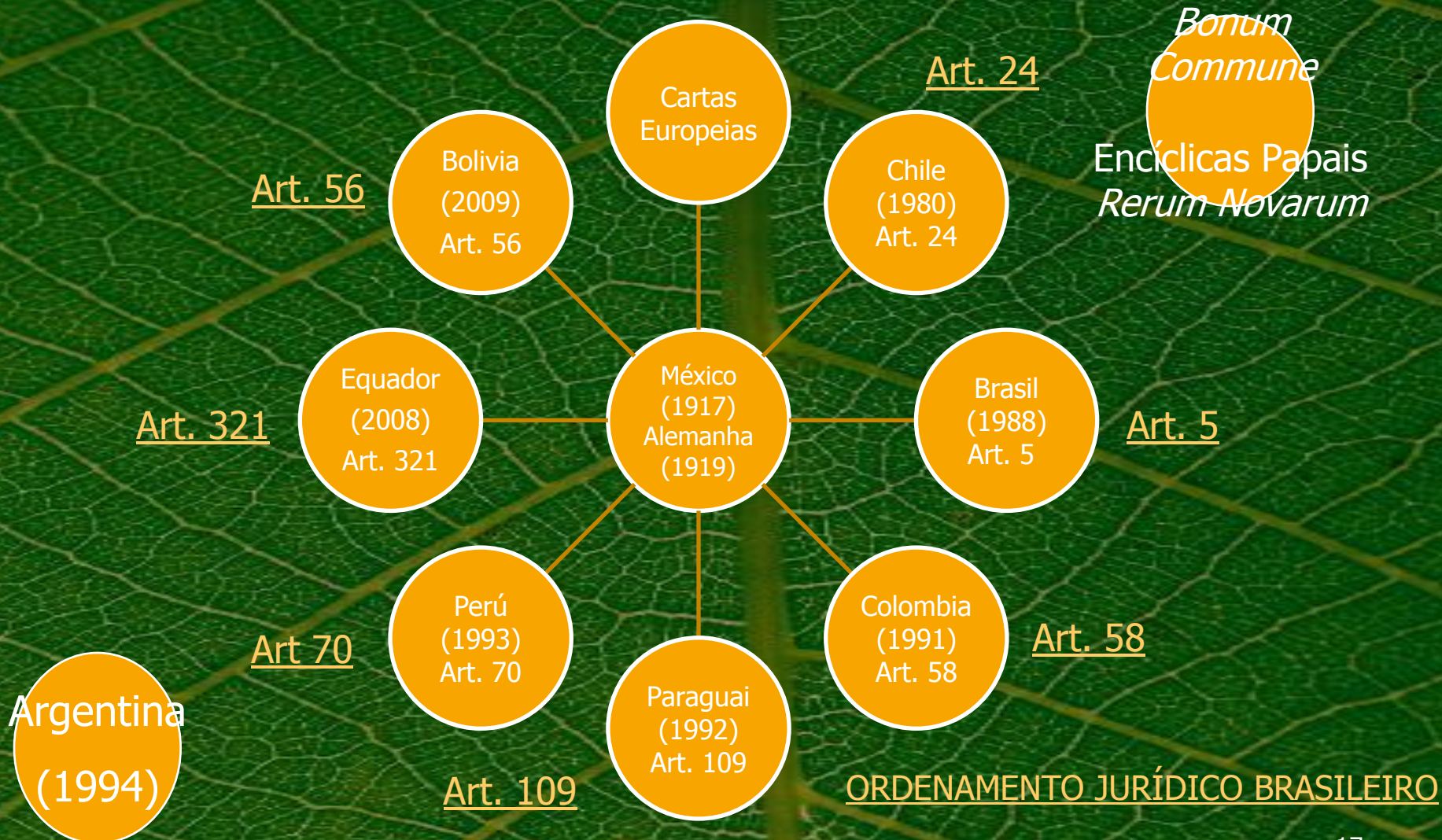
- Biodireito;
- Direito à democracia; à informação; e ao pluralismo;

LEVANDO A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NA 1ª 1/2 SÉC. XX



CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA



CARTA CHILENA

“Nº 24.- El derecho de propiedad en sus diversas especies sobre toda clase de bienes corporales o incorporales.

Sólo la ley puede establecer el modo de adquirir la propiedad, de usar, gozar y disponer de ella y las **limitaciones y obligaciones que deriven de su función social**. Esta comprende cuanto exijan los intereses generales de la Nación, la seguridad nacional, la utilidad y la salubridad públicas y la conservación del patrimonio ambiental (...)”.

CARTA BRASILEIRA

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;
(...)”.

CARTA COLOMBIANA

"Artículo 58. Se garantizan la propiedad privada y los demás derechos adquiridos con arreglo a las leyes civiles, los cuales no pueden ser desconocidos ni vulnerados por leyes posteriores. Cuando de la aplicación de una ley expedida por motivo de utilidad pública o interés social, resultaren en conflicto los derechos de los particulares con la necesidad por ella reconocida, el interés privado deberá ceder al interés público o social.

La propiedad es una función social que implica obligaciones. Como tal, le es inherente una función ecológica. (...)"

CARTA PARAGUAIA

"Art. 109 - Se garantiza la propiedad privada, cuyo contenido y límites serán establecidos por la ley, atendiendo a su función económica y social, a fin de hacerla accesible para todos.

La propiedad privada es inviolable.

(...) pero se admite la expropiación por causa de utilidad pública o de interés social, que será determinada en cada caso por ley. Esta garantizará el previo pago de una justa indemnización, establecida convencionalmente o por sentencia judicial, salvo los latifundios improductivos destinados a la reforma agraria, conforme con el procedimiento para las expropiaciones a establecerse por ley."

CARTA PERUANA

""**Artículo 70** - El derecho de propiedad es inviolable. El Estado lo garantiza. Se ejerce en armonía con el bien común y dentro de los límites de ley. A nadie puede privarse de su propiedad sino, exclusivamente, por causa de seguridad nacional o necesidad pública, declarada por ley, y previo pago en efectivo de indemnización justipreciada que incluya compensación por el eventual perjuicio. Hay acción ante el Poder Judicial para contestar el valor de la propiedad que el Estado haya señalado en el procedimiento expropiatorio."

CARTA EQUATORIANA

“Art. 14.- Se reconoce el derecho de la población a vivir en un ambiente sano y ecológicamente equilibrado, que garantice la sostenibilidad y el buen vivir, sumak kawsay. (...)”.

“Art. 321.- El Estado reconoce y garantiza el derecho a la propiedad en sus formas pública, privada, comunitaria, estatal, asociativa, cooperativa, mixta, y que deberá cumplir su función social y ambiental.”.

“Art. 31.- (...) El ejercicio del derecho a la ciudad se basa (...) en la función social y ambiental de la propiedad (...)”.

CARTA BOLIVIANA

Artículo 56.

I. Toda persona tiene derecho a la propiedad privada individual o colectiva, siempre que ésta cumpla una función social.

II. Se garantiza la propiedad privada siempre que el uso que se haga de ella no sea perjudicial al interés colectivo.

III. Se garantiza el derecho a la sucesión hereditaria.

A Função Sócio-Ambiental no Ordenamento Jurídico Brasileiro

2002	Código Civil de 2002 (Lei 10.406/02)	Art. 1.228, §1º, Dir. prop. exerc. com fins econ. soc. e ambientais Função Sócio-Amb. da Prop.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Art. 5º, XXII e XXIII = Dir. Fundament. Art. 170, III, princ. Da ordem econ.
1967	Constituição da República Federativa do Brasil	Art. 157, III, recepcionou o Est. Terra, <i>status</i> const. ao termo "função social da propriedade" inserido princ. da ordem econ.
1964	Estatuto da Terra (Lei 4.504)	Art. 2º, § 1º, cunhou pela 1 vez o termo "função social da propriedade" e determinou os requisitos para seu cumprim.
1946	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Art. 147 Condiciona, explicitam//, o uso da prop. ao bem-estar social. Art. 141, §16, desapr. por interesse social
1937	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Art. 122, 14, sob ditadura getulista, só garante o dir. prop., e retira sua impossibi. exerc. contra interesse social ou coletivo.
1934	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Art. 113, 17 Dir. prop. não pode ser exercido contra o interesse social ou coletivo. Influencia da Carta de Weimar
1916	Código Civil (Lei 3.071/16)	Arts. 520, I e 589, III m concepção absl. e indiv. da prop. só intro. perda prop. Abandono Influ. Cod. Napoleão 1804
1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	Art. 72, § 17 mantém prop. em toda sua plenitude, contrariando a sensação renovadora da república
1850	Lei das Terras (Lei 601/1850)	Art. 4º e 5º Revalidação sesmarias e concessões; legitimação posse mansa e pacífica; terras cultiv. morada hab.
1824	Constituição Política do Império do Brasil	Sesmarias extinta 1822 <i>vacatio legis</i> Art. 179, XXII Garantiu dir. prop. em toda sua plenitude

DIMENSÕES GERAIS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA POSSE



SOCIAL



AMBIENTAL



ECONÔMICA

SUSTENTABILIDADE

DIMENSÕES OBJETIVAS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE



MÓVEL



RURAL



URBANA



INTELECTUAL

IMÓVEL

SUSTENTABILIDADE



FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

SUSTENTABILIDADE

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (...)”

“Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
(...)”

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

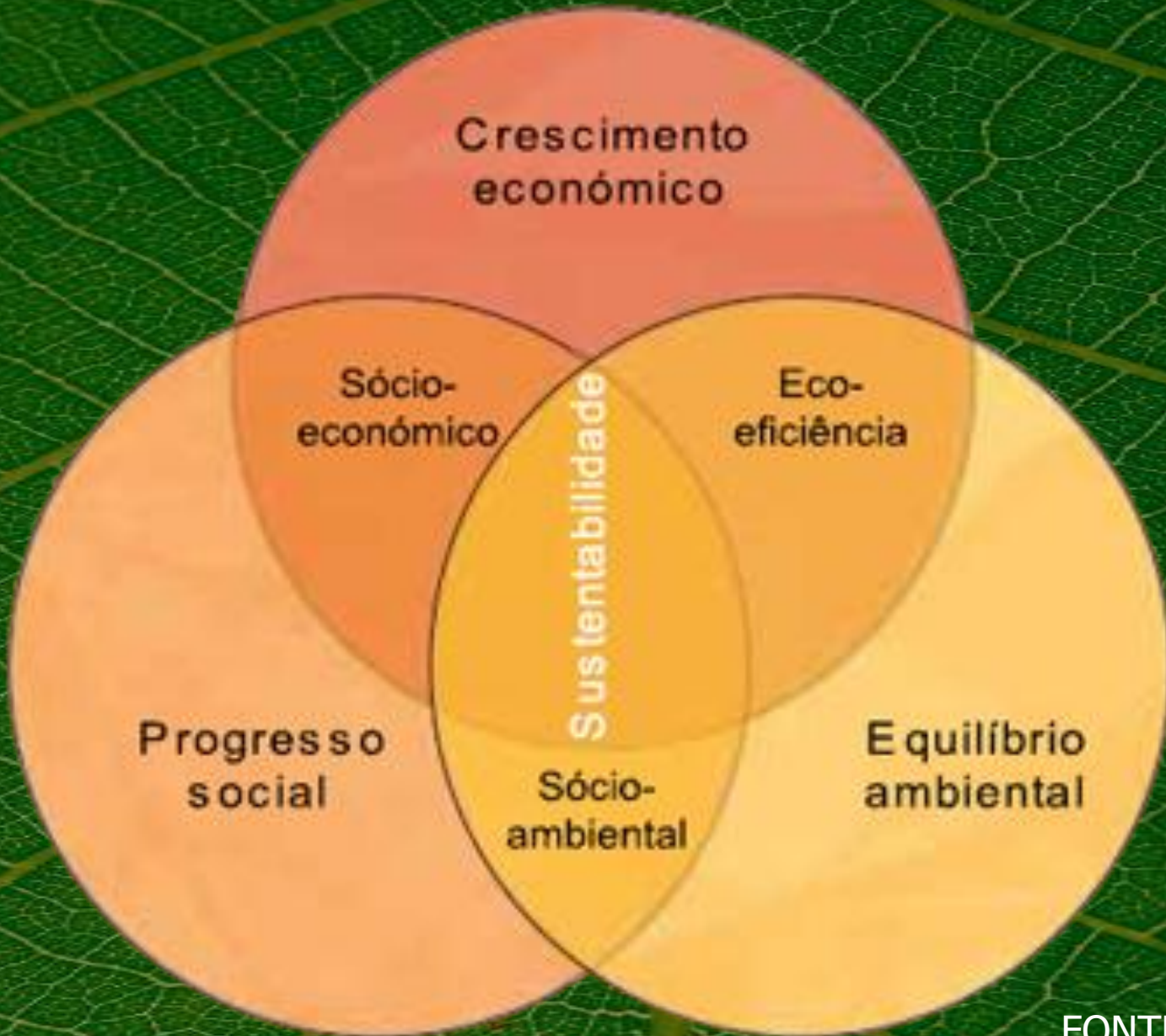
I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE



DIMENSÕES DA APROPRIAÇÃO (DERANI)



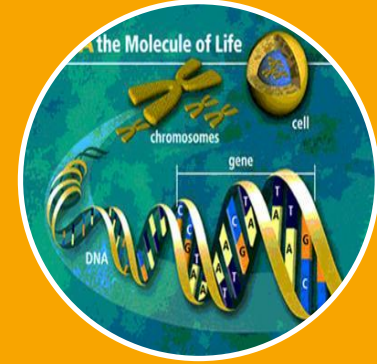
Dimensão
Econômica

Detenção
Propriedade



Dimensão
Socioambiental

Função social
Fruição coletiva



Dimensão do
Conhecimento

Direito de
acesso

SUSTENTABILIDADE

(DERANI, adaptado)

FATORES DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (MARQUESI)



HUMANO-
SOCIAL
(Bem-Estar)



SOCIAL
(Trabalhador
Rural e
Contratos)



ECONÔMICO-
AMBIENTAL
(Utilização
adequada)



ECONÔMICA
(Produtividade)

SUSTENTABILIDADE

DIMENSÕES CLÁSSICAS DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE



SOCIAL



AMBIENTAL



ECONÔMICA

SUSTENTABILIDADE

REQUISITOS PARA O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL

Art. 186 (CF/88)

Art. 9º (LRA)

ART. 2º, § 1º
Estatuto Terra

I- Aproveitamento racional e adequado

mantém níveis satisfatórios de produtividade (alínea "b")

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

assegura a conservação dos recursos naturais (alínea "c")

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (alínea "d")

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores

favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias (alínea "a")



DIMENSÃO **ECONÔMICA**

- Aproveitamento racional e adequado;
- Exploração que favoreça o **bem-estar** dos proprietários e dos trabalhadores.



DIMENSÃO **AMBIENTAL**

- Utilização adequada dos recursos naturais
- Preservação do meio ambiente;
- Exploração que favoreça o **bem-estar** dos proprietários e dos trabalhadores.



DIMENSÃO **SOCIAL**

- Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- Exploração que favoreça o **bem-estar** dos proprietários e dos trabalhadores.

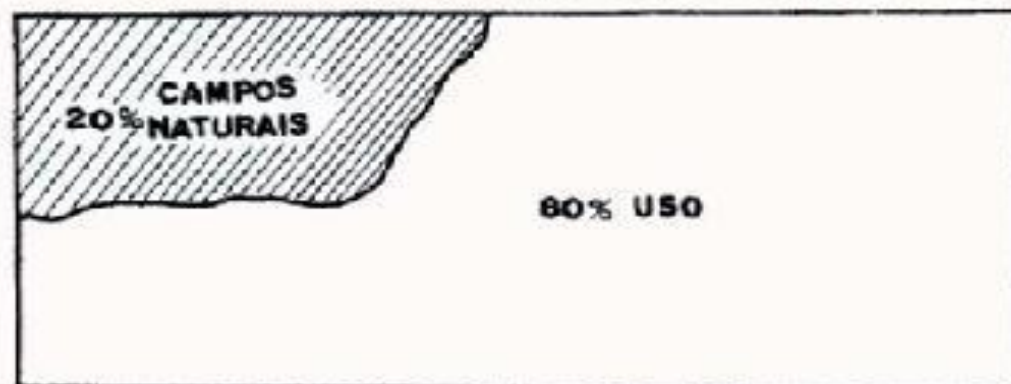
Art. 6º

LEI DA REFORMA AGRÁRIA

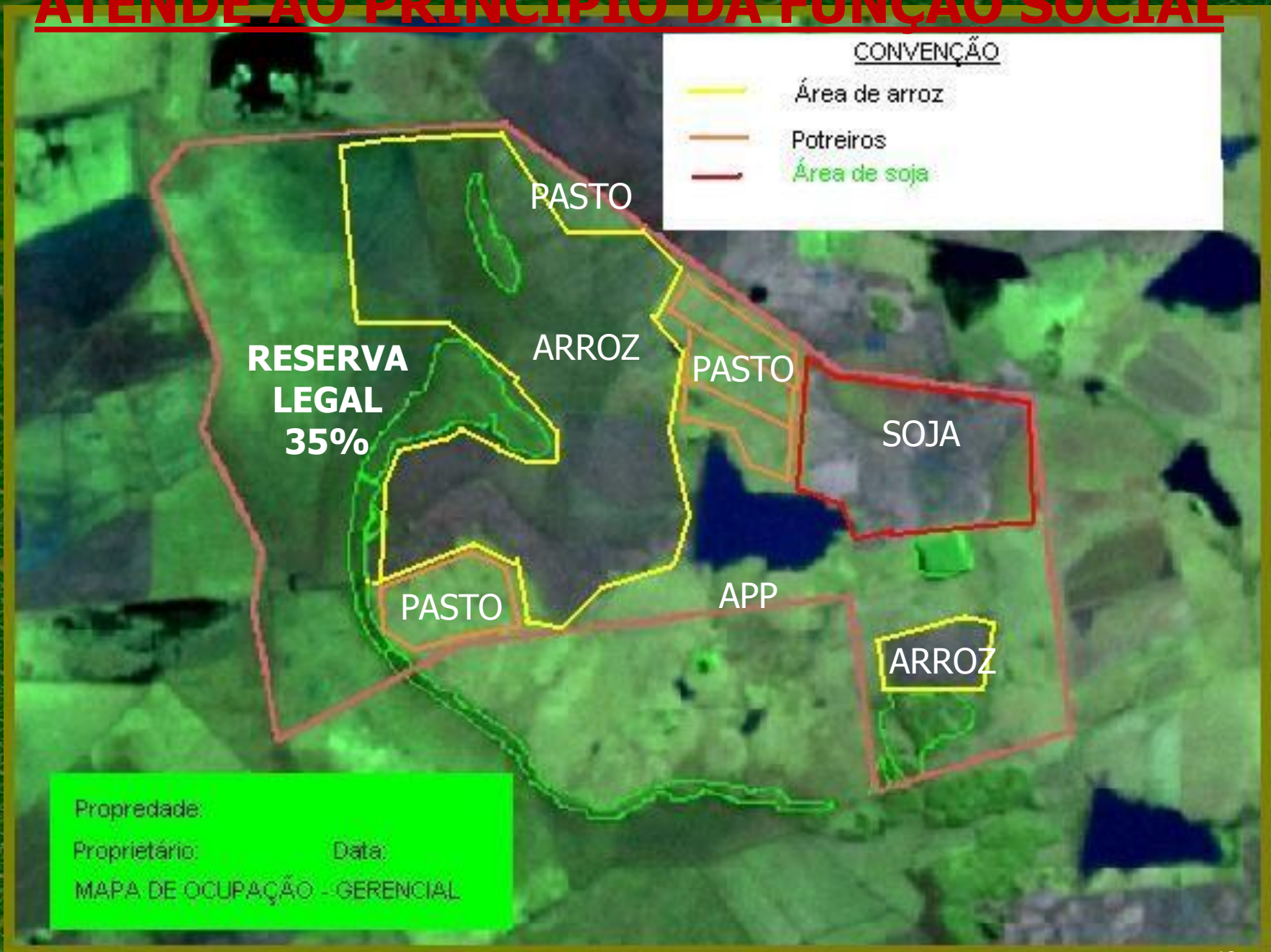
(Lei n. 8.629/93)

- 80% de grau de utilização da terra
 - % de área efetivamente utilizada / % área aproveitável total

- 100% ou mais de eficiência na exploração da terra
 - Vegetal = quant. colhida / índice de rendimento microrregião homogênea
 - Pecuária = U.A. rebanho / índice de lotação microrregião homogênea
 - $GEE = (GEEV + GEEP) / 2 \times 100$



ATENDE AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL



ÁREA TOTAL = 1.000 ha

RESERVA LEGAL = 350 ha

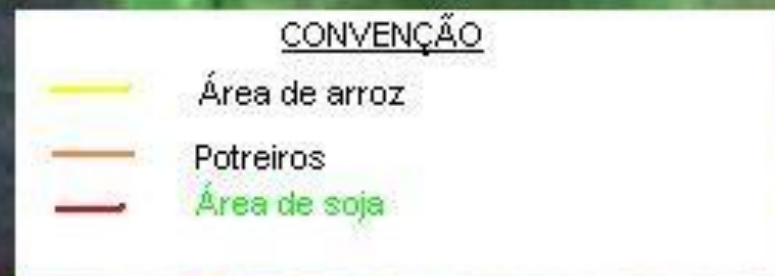
APP = 100 ha

ÁREA APROVEITÁVEL = 550 ha

ARROZ = 300 ha

SOJA = 100 ha

PASTO = 100 ha



PASTO

**RESERVA
LEGAL
35%**

ARROZ

PASTO

SOJA

PASTO

APP

ARROZ

Propriedade:

Proprietário:

Data:

MAPA DE OCUPAÇÃO - GERENCIAL

ÁREA EFET. UTILIZADA = 500 ha

GUT = $(500/550) \times 100$

GUT = 90%

IRMH ARROZ = 2.700 kg/ha

IRMH SOJA = 50 sc/ha

QUANTIDADE COLHIDA:

ARROZ = 3.000 kg/ha

SOJA = 58 sc/ha

$GEEV = (3000/2700 + 60/50)/2$

$GEEV = (1,11 + 1,16)/2$

**RESERVA
LEGAL
35%**

GEEV = 1,13

ILMH = 0,9 U.A./ha

REBANHO:

PECUÁRIA = 1 U.A./ha

GEEP = 1/0,9

GEEP = 1,11

PASTO

ARROZ

PASTO

SOJA

APP

ARROZ

CONVENÇÃO

- Área de arroz
- Potreiros
- Área de soja

**ATENDE AO PRINCÍPIO DA
FUNÇÃO SOCIAL**

Propriedade:

Proprietário:

Data:

MAPA DE OCUPAÇÃO - GERENCIAL

GEE = (GEEV + GEEP)/2 x 100

$GEE = (1,13 + 1,11)/2 \times 100$

GEE = 112%

NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL



ÁREA TOTAL = 1.000 ha

RESERVA LEGAL = 350 ha

APP = 100 ha

ÁREA APROVEITÁVEL = 550 ha

ARROZ = 300 ha

GUT = $(300/550) \times 100$

GUT = 54%

RESERVA
LEGAL
35%

DEGRADADO

ARROZ

DEGRADADO

APP

ARROZ

Propriedade:

Proprietário:

Data:

MAPA DE OCUPAÇÃO - GERENCIAL

**NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DA
FUNÇÃO SOCIAL**

**CABE DESAPROPRIAÇÃO
SANÇÃO ?**

GEE = $(3.000/2700) \times 100$

GEE = 111%

DIMENSÕES

UTILIZAÇÃO ADEQUADA DOS RECURSOS NATURAIS

"Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:
(...)

2º Considera-se adequada a utilização dos recursos naturais disponíveis quando a exploração se faz respeitando a vocação natural da terra, de modo a manter o potencial produtivo da propriedade. (...)"

(Lei 8.629/93)

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

“Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:
(...)”

3º Considera-se preservação do meio ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.(...)”

(Lei 8.629/93)

PRESERVAÇÃO X CONSERVAÇÃO



DISPOSIÇÕES QUE REGULAM RELAÇÃO DE TRABALHO

- Trabalhadores assalariados;
- Contratos de Arrendamento;
- Contratos de Parceria Rural.

DIMENSÃO SOCIAL

“Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:
(...)”

4º A observância das disposições que regulam as relações de trabalho implica tanto o respeito às leis trabalhistas e aos contratos coletivos de trabalho, como às disposições que disciplinam os contratos de arrendamento e parceria rurais.(...)”

(Lei 8.629/93)

FATOR HUMANO-SOCIAL (MARQUESI)

Bem-estar dos trabalhadores, sem prejuízos ao bem-estar dos proprietários:

- necessidades básicas dos que trabalham a terra, bem como de seu proprietário;
- observar as normas de segurança do trabalho;
- ausência de conflitos e tensões sociais no imóvel.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Art. 2 A política fundamenta-se nos seguintes pressupostos:

(...)

VI - o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais. → BEM-ESTAR → SADIA QUALIDADE DE VIDA

(Lei 8.171/91)

SADIA QUALIDADE DE VIDA

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”



SUMAK KAUSAI

SUMAK KAUSAI



- **Língua quechua**
- **Família lingüística**
- **Índios Andinos**





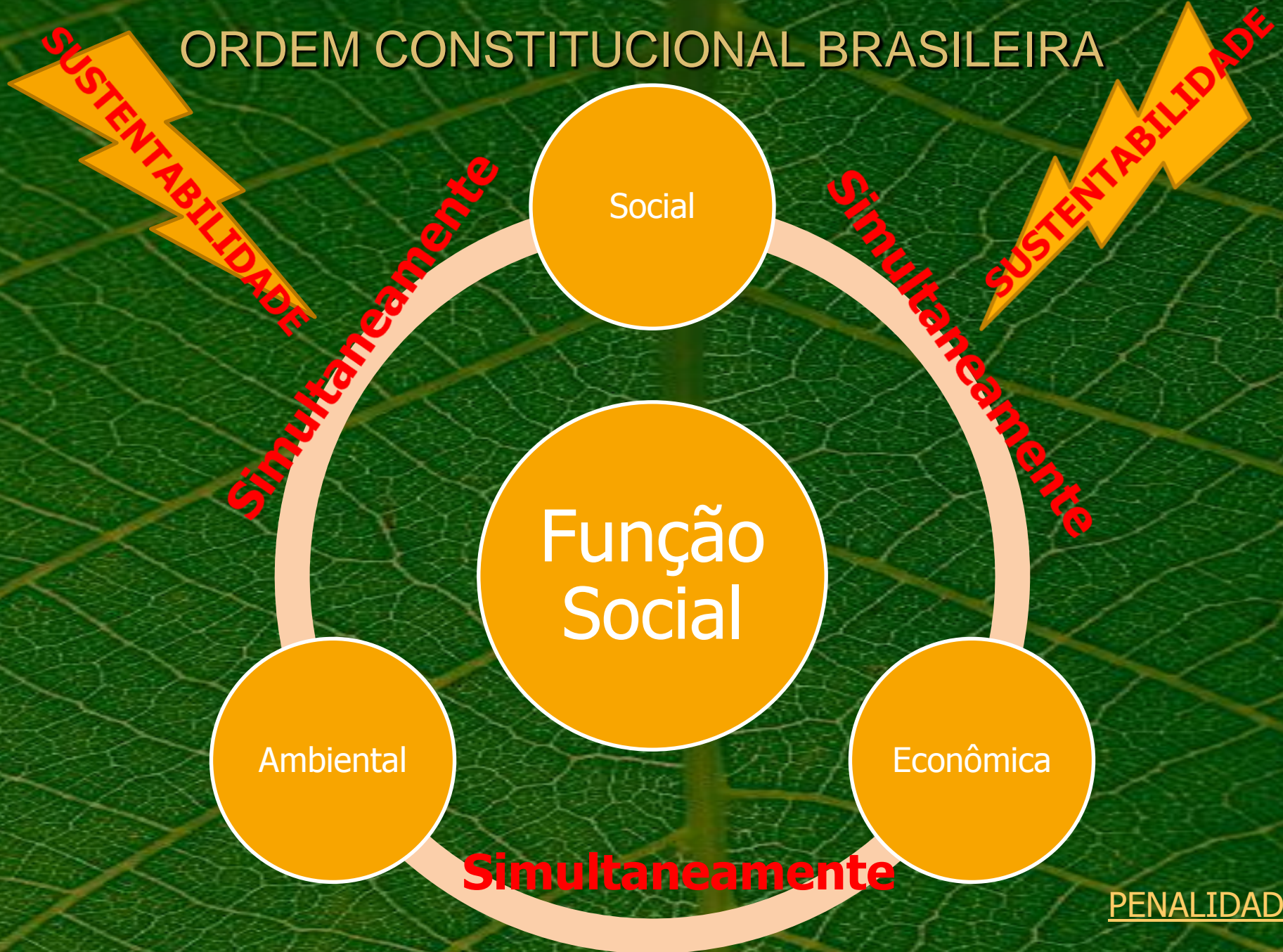
SUMAK KAUSAI

Significado na língua quechua:

- vida harmoniosa;
- harmonia entre nós e harmonia com a natureza:
 - que nos gera, nos alimenta e nos abriga
 - e que tem vida própria, e valores próprios
 - para além de nós.

SUSTENTABILIDADE

ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA



PENALIDADE

EXPRESSIONISMO

Desapropriação Sanção

- Desapropriação por interesse social para fins da reforma agrária (art. 184, CF/88)
- Não cumprimento da função sócio-ambiental (Imunes)
- Sanção = indenização em títulos da dívida agrária
- Regra = desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou interesse social = mediante justa e prévia indenização em dinheiro (art. 5º, XXIV, CF/88)

Imunes à desapropriação por interesse social

- $1 \leq$ pequena propriedade ≤ 4 módulos fiscais, desde que proprietário não possua outra propriedade rural (art. 185, I, da CF/88 c/c 4º, da LRA)
- $4 <$ média propriedade ≤ 15 módulos fiscais, desde que proprietário não possua outra propriedade rural (art. 185, I, da CF/88 c/c 4º, da LRA)
- propriedade produtiva (art. 185, II, da CF/88)
- imóvel c/ implantação de projeto técnico, elaborado por profissional habilitado, devidamente aprovado, que esteja cumprindo o cronograma, e que preveja a utilização de, pelo menos, 80% da área aproveitável, em 3 anos, para culturas anuais, e, em 5 anos, para as perenes (art. 7º, da LRA)



Mont-Saint Victoire

(**Paul Cézanne** 1839-1906)
Pintor Expressionista

FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL



SUSTENTABILIDADE

DIMENSIONAMENTO